

## ATA - COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL DO ALTO SOLIMÕES - CIR/ASOL/AM

Ata da Reunião 15ª (15ª Ordinária) para apreciação e pactuações de cogestão solidária quanto aos aspectos operacionais e administrativos entre os Gestores Municipais de Saúde da Regional do Alto Solimões e o Estado.

ABERTURA - Aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e treze, às nove horas, no Auditório da Secretaria Municipal de Saúde de Tabatinga - situado à Rua Marechal Mallet nº 520, 2º Andar-Centro. O Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra coordenou a reunião, cumprimentou os presentes e deu início a reunião. O Coordenador Roberto Maia Bezerra convidou os Secretários Municipais de Saúde e os Representantes dos Distritos Sanitários Especiais Indígenas- DSEI's presentes para compor a mesa, o Sr. Herton Augusto Pinheiro Dantas do município de Tabatinga, o Sr. Juvan Reis Noqueira do município de Benjamin Constant, o Sr. André da Silva Alves do município de São Paulo de Olivença, o Sr. Francisco Ferreira Azevedo do município de Santo Antônio do Iça, o Sr. Felipe Araújo Bonifácio do município de Amaturá, a Sra Clicia Calmont do município de Tonantins, a Sr.ª Eulenice Coelho (suplente) do município de Fonte Boa, o Sr. Narciso Barbosa representante do DSEI Médio Rio Solimões e Afluentes, o Sr. Daniel Lacerda representante do DSEI Alto Rio Solimões, a Sr.ª Samara Machado (suplente) representante do DSEI Vale do Javari. Ficou sem representação a Secretaria Municipal de Saúde do município de: Atalaia do Norte e Jutaí. ITEM I - Apreciação e Aprovação da ATA da 14ª Reunião 14ª Ordinária realizada no dia 19/7/2013 em Manaus/AM. A Ata foi Aprovada e consensuada na forma apresentada. ITEM II -Comunicações: O Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra apresenta algumas pessoas que pela primeira vez participam da reunião da CIR/ASOL, o Diretor do Hospital de Guarnição de Tabatinga o Tenente-Coronel José Pires de Carvalho **Sobrinho**, e os técnicos da Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) do Ministério da Saúde, que vieram para uma visita as instalações da futura Unidade de Pronto Atendimento – UPA em Tabatinga, e nos municípios de Atalaia do Norte e Benjamin Constant, para averiguar onde vão funcionar as Salas de Estabilização e as Bases Descentralizadas. Devemos construir uma proposta de visitas aos demais municípios, ou seja, de São Paulo de Olivença a Fonte Boa, para podermos fazer o mesmo trabalho. O que foi feito na visita? Visitamos cada unidade de saúde e identificamos a Sala onde vai funcionar a Sala de Estabilização, como deve ser essa





1

2

3

4

5

6

7

8 9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

2122

23

24

25

26

27

28



Sala e quais as estruturas de apoio que precisa ter, a mesma coisa foi feita em relação às Bases Descentralizadas, foi conversado com os Secretários Municipais de Saúde e com os Diretores das Unidades Hospitalares a necessidade de adequação ou reforma para o funcionamento dessas Salas. Tínhamos alguns entraves para o funcionamento, e precisávamos agilizar algumas situações, essas orientações foram dadas aos municípios de: Atalaia do Norte, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença, a proposta é passar essas orientações para os demais municípios, posteriormente precisamos conversar e fechar essa agenda de como vai ser feita essa visita pela equipe do Estado e do Ministério da Saúde, precisamos ver a data e a logística dessas visitas para termos as coisas funcionando de formas padronizadas. A Apoiadora Local do QualiSUS-Rede a Sr.<sup>a</sup> Meiriane Ferreira informa aos Secretários Municipais de Saúde da região que está aberto o Plano de Ação das Redes Temáticas (SISPART) até 31 de agosto, o Programa Mais Médico abriu novamente para os municípios se cadastrarem, no caso da Saúde Indígena quem cadastra é o DSEI, e também está aberto o componente Requalifica Reforma e Ampliação até 31 de agosto. O membro Narciso Barbosa informa que no período de 24 a 26 de setembro acontecerá a 5ª Conferência Nacional de Saúde da Região do Médio Solimões e Afluentes, com a participação de 14 (quatorze) municípios da área de abrangência. Lembra as pessoas de Jutaí e Fonte Boa para garantir suas delegações e representatividade dos seguimentos de trabalhadores, e dos usuários indígenas, vai contar com a participação de aproximadamente 200 (duzentos) delegados. Temas a serem discutidos na Conferência: A Política Nacional da Saúde Indígena, Avaliação, Financiamento e Resolutividade na qual estamos com algumas dificuldades. Informa ainda que o DSEI Médio Solimões e Afluentes está inserido em 4 (quatro) regiões de saúde, cada uma com sua diversidade e complexidade, a Região do Alto Solimões é que está mais avançada em nível de organização. O município de Tefé que também é Polo de referência precisa organizar e avançar muito, a rede está desestruturada. É uma demanda da saúde, ou agente organiza para garantir a resolutividade mínima possível na região, ou vamos sempre referenciar média e alta complexidade para Manaus, é uma questão política e precisamos está sensibilizados para isso. ITEM III -Processo nº 24901/2013 - Dispõe sobre o Projeto de mudança de Modalidade de Equipe Estratégia Saúde da Família para Equipe Estratégia Saúde da Família Ribeirinha do município de Santo Antônio do Iça: Apresentação Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra o processo foi apresentado a Secretaria Estadual da Saúde de acordo com o enunciado. Parecer técnico: Considerando a Portaria nº 2.488/GM/M, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da





30

31

32

33

34

35

36

37 38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62 63

64

65



atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) e; Considerando que o referido projeto está em consonância com a legislação vigente e atende as exigências da referida Portaria, somos de parecer favorável a mudança de modalidade para Equipe de Saúde da Família Ribeirinha. Processo aprovado por consenso pelo colegiado. ITEM IV -Proposta de Organização da Hemorrede na Região do Alto Solimões: Apresentação Secretário Municipal de Saúde de São Paulo de Olivença André da Silva Alves o mesmo solicita que o item seja retirado de pauta por não poder apresentar no momento uma proposta para a região, considerando o fechamento dos Aeroportos dos municípios de Fonte Boa, e São Paulo de Olivença. O item foi retirado da pauta. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra enfatiza a visita feita durante os 2 (dois) dias nos municípios da região juntamente com o Sr. Rodrigo Souza, a Sr.ª Liana Ribeiro, a Sr.ª Michele Belchior que estão representando a Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) e a Sr.ª Carla Cissoto do Ministério da Saúde. A visita é um acompanhamento e verificação in loco para o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Sala de Estabilização, Central de Regulação e Base Descentralizada, que fazem parte do Plano Regional de Atenção às Urgências para a região do Alto Solimões. ITEM V- Organização e Pactuação das Ações para a Rede de Atenção às Urgências: Apresentação Rodrigo Souza diz ser Consultor Técnico do Componente SAMU e representa a Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) e está nesse desafio de implantar o SAMU na região do Alto Solimões. Hoje a política da coordenação é a interiorização e expansão do SAMU, porque a parte fácil já se fez que foi implantar o SAMU nos grandes centros e municípios de médio porte, agora levar o SAMU ao interior e para área com características diferenciadas é o grande desafio, e com certeza para o Alto Solimões. Estivemos aqui com a força tarefa algum tempo com a participação do Ministério da Saúde em parceria com a Secretaria de Estado da Saúde e os municípios. Nessa visita conseguimos visualizar isso mais próximo de concretizar, portanto precisamos do fortalecimento dos gestores dos municípios nesse momento. Fizemos uma agenda de discursão desse processo de implantação, e da visita técnica onde vai funcionar a Unidade de Pronto Atendimento-UPA, Central de Regulação e as Bases Descentralizadas de Benjamin Constant e Atalaia do Norte. Pactuamos alguns prazos e estratégias para poder concretizar dentro de um tempo que se estabeleceu. Temos a proposta de fazer essa regionalização e essa implantação do SAMU192 ainda esse ano. Proposta de Pactuação da Rede de Atenção às Urgências e Emergências. 1-Funcionamento das ambulânchas do SAMU 192 nos municípios. Definir que as Unidades de Suporte Básico Fluvial (ambulânchas) deverão funciona 24 horas por





67

68

69

70

71

72

73

74 75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102



dia, 7 (sete) dias por semana. Essas ambulânchas estão para ser entregues pelo o Estado, assim que estiver com a Base Descentralizada pronta, e as ambulâncias terrestres forem liberadas pelo Ministério da Saúde, vamos dar inicio ao serviço com as 2 (duas) ambulâncias terrestres e fluviais. Os gestores precisam se organizar com o processo seletivo para contratação desses profissionais. A região vai ter somente suporte básico com equipes compostas de: 1 (um) condutor que deve ter carteira de habilitação categoria D e 1 (um) técnico de enfermagem. Padronização das Bases Descentralizadas. Definir que a padronização das Bases Descentralizadas nos municípios deverá ocorrer por conta das Secretarias Municipais de Saúde e dispor minimamente do recomendado pelo Ministério da Saúde. O prazo máximo para adequação será até 30 de setembro de 2013. Esse é um ponto chave dessa informação do SAMU - a politica hoje é, só conseguimos liberar as ambulâncias depois de toda a estrutura pronta para funcionar o SAMU. Com relação à Base Descentralizada foi conversado em outras reuniões que os munícipios fariam as adequações necessárias no espaço do hospital. O que seria essa Base Descentralizada? Seria o conforto para a equipe, porque o SAMU 192 nesse espaço não vai atender paciente, precisamos de uma sala de estar para a equipe ter um mínimo de conforto possível enquanto aguarda o chamado, o dormitório, copa e cozinha. Como vai ser feita no hospital, alguns ambientes dessas Bases Descentralizadas podem ser compartilhados com esse outro equipamento de saúde. Trouxe para vocês uma padronização tanto visual como uma proposta de planta para Base Descentralizada, nessa regional a proposta não é de construção da Base Descentralizada, porém com esse modelo de padronização qual é o padrão mínimo e o espaço que vocês vão adequar dentro dos hospitais. Quanto ao prazo é preciso reforçar e fortalecer junto aos Prefeitos, precisamos conseguir implantar o SAMU 192 esse ano com a proposta para outubro. Fizemos essa visita dando um apoio aos munícipios, julgamos importante que essa visita deve acontecer em todos os munícipios que vai ter Base Descentralizada, vamos fechar uma agenda antes de 30 de setembro e ver como está se dando esse processo nos municípios, como os gestores estão se organizando, como estão as adequações desses locais para podermos dar apoio técnico. Estamos fazendo esse trabalho antes para não dar problemas na hora de habilitar, enquanto isso os senhores vão se organizando, não esperem a visita para começar a se organizar, vão saí daqui com essa tarefa de casa e começar a fazer. Além da adequação tem a padronização visual que está no documento que vamos deixar para os senhores, e também tem no site do Ministério da Saúde, são as cores para pintar, a logomarca do SAMU 192, a parte interna de identificação dos ambientes, tudo isso tem um padrão visual que deve ser seguido de





104

105

106

107

108

109

110

111112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139



acordo com o Ministério da Saúde, e é requisito de avaliação para habilitação do serviço. A sala de estar é um espaço para a equipe ficar aguardando o chamado; o mobiliário é: Sofá, mesa com cadeira e Televisão, é obrigatório; o dormitório para descanso com Cama, beliche ou rede, deve ter esses 2 (dois) ambientes separados. Temos que Considerar que os senhores vão ter as equipes da ambulâncha e ambulância terrestre, o conforto vai ter que atender 4 (quatro) pessoas, a ambulâncha não tem como ficar na Base Descentralizada, vai ficar próximo ao rio e a equipe da ambulâncha vai ficar na Base, quando tiver o chamado a Central comunica, e a equipe vai até a ambulâncha. A Coordenadora Estadual de Regulação a Sr.ª Artemisa Barbosa orienta aos municípios quanto à utilização de mão de obra, que os motoristas das ambulânchas e os motoristas das ambulâncias terrestres tenham a mesma qualificação, de repente há necessidade de uma substituição, e o motorista só dirija ambulâncha. A membro Eulenice Coelho questiona em relação aos profissionais que vão trabalhar na ambulâncha, pois no município de Fonte Boa vai ficar distante da Base Descentralizada que será dentro da unidade do hospital. O Sr. Rodrigo Souza responde que cabe ao município como vai se organizar, e das particularidades de cada um, coloca que não conhece a realidade de todos os municípios da região, de repente a equipe pode ir caminhado ou de transporte, na visita e na implantação vamos ver como vai se dar esse deslocamento, estamos falando de urgência, de tempo resposta, o tempo na urgência é vida, temos que organizar para não atrapalhar o tempo resposta. A membro Eulenice Coelho pergunta se no município de Fonte Boa pode ser construída uma Base Descentralizada próximo do porto, porque a ambulâncha vai ficar distante do hospital. O Sr. Rodrigo Souza Responde só na visita técnica vão ter como definir, ver a distância, o tempo e como a equipe vai se locomover se de carro ou de moto, isso é particularidade de cada município não é obrigatório ficar na Base Descentralizada, pode se organizar um ponto estratégico mais próximo, não é fechado ficar os 4 (quatro) profissionais na Base Descentralizada. Colocamos de uma forma que vai onerar menos para o município, e pode ser discutido dentro de cada município. A Apoiadora do Ministério da Saúde a Sr.ª Carla Cissoto pergunta se o município tiver condições de apresentar proposta de fazer uma Base Descentralizada para a ambulâncha, se há impedimento? O Sr Rodrigo Souza responde que não. A Apoiadora do Ministério da Saúde a Sra Carla Cissoto mesmo antes da visita que estamos propondo, o município pode se organizar no sentido de que quando chegarmos daria o toque final, até por conta do prazo, no caso do município de Fonte Boa coloca que seria menos oneroso fazer a Base Descentralizada próximo ao porto, lembrando também que essa Base Descentralizada precisa do Sistema de





141

142

143

144

145

146

147

148149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

160

161

162

163

164

165166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176



Comunicação. Estamos tentando levantar todos os pontos aproveitando a presença do Sr Rodrigo Souza e tirar as dúvidas. A Coordenadora Estadual de Regulação a Sr.a Artemisa Barbosa responde que quanto ao telefone satelital não tem problema, o município vai ter a antena do telefone no outro ponto ao invés de 1 (um) aparelho vai ter 2 (dois) aparelhos, 1 (um) aparelho para cada equipe. A membro Clicia Calmont menciona que a Base Descentralizada do município de Tonantins vai ser na unidade do hospital, foi apresentado que é preciso ter sala de estar e o dormitório, pergunta se a estrutura não for adequada como vai poder fazer? O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra responde que pode ser feita as adequações. O membro Francisco Ferreira Azevedo solicita clareza em relação a tempo resposta, para o município de Santo Antônio do Iça é mais viável deixar a ambulâncha na comunidade, dada a distância da ambulâncha se deslocar da sede do município, e resgatar o paciente na comunidade e voltar. O Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra esclarece que foi construído um Plano de Ação onde foi levado em consideração cada município. O item SAMU foi trabalhado em 2 (duas) etapas, durante a construção do Plano Regional foi considerado todas às especificidades da região, em relação ao SAMU a maior preocupação eram as peculiaridades da extensão de alguns municípios, e do tempo de deslocamento dentro dessas comunidades. Foram identificados 3 (três) municípios dentro dessa situação: Santo Antônio do Iça, Atalaia do Norte e Jutaí. Em relação à Jutaí tivemos a proposta de ter 3 (três) Bases Descentralizadas fluviais, 1 (uma) Base na sede do município que fica no entorno tendo um raio de ação. O município de Santo Antônio do Iça tem a proposta de 3 (três) Bases Descentralizadas ao longo do Rio Iça, no meio do Rio existe a comunidade Vila Oterosa que vai ter 1 (uma) Base Descentralizada, e outra Base em Ipiranga para que sejam atendidas todas as comunidades do município, isso foi construído em fase, porque no primeiro momento a proposta era que iríamos liberar na primeira fase 1 (uma) ambulância terrestre e 1(uma) ambulâncha fluvial para a sede de cada município. A mesma coisa aconteceria em Atalaia do Norte que tem mais 4 (quatro) Bases Descentralizadas fora do munícipio, Estirão do equador, Aurélio, São Sebastião e Palmeira do Javari, então na segunda fase serão contempladas todas as Bases Descentralizadas que estão localizadas nas comunidades ribeirinhas, porque essas Bases são comunidades indígenas que os DSEIs precisam organizar os Polos Bases para receber essa estrutura. A proposta é além das Bases Descentralizadas do SAMU 192 tenha 1(uma) Sala de Estabilização, a mesma coisa acontece com os Pelotões de Fronteira (PFs): Ipiranga, Estirão do Equador e Palmeira do Javari, no futuro esses Pelotões de Fronteira recebam medicamentos para o funcionamento da Sala de Estabilização, com a presença de





178

179

180

181

182

183

184

185

186 187

188

189

190

191

192

193

194

195

196

197

198

199

200

201

202 203

204

205

206

207

208

209

210 211

212

213



uma ambulâncha e uma equipe de profissionais por conta do município. Para fechar tudo isso, programamos um aeromédico, porque mesmo colocando as Bases Descentralizadas, às distâncias são grandes e o deslocamento de 30 (trinta) horas não é urgência, o aeromédico vai ficar em Tabatinga e sair para resgatar esses pacientes, para poder oferecer atendimento de urgência às pessoas que moram, por exemplo, no Ipiranga, que tem direito ao serviço de urgência, são brasileiros e tenham garantidos os seus direitos. O Sr Rodrigo Souza reforça a questão do padrão mínimo da Base Descentralizada, que é o abrigo coberto e o conforto das equipes, o estacionamento pode ser na mesma estrutura hospitalar desde que seja coberto e exclusivo para as ambulâncias, padronização visual de acordo com o manual do SAMU 192. É importante que os senhores tenham esse Manual e passe para o setor de obras, o tótem é uma placa que pode ser refletida e tem 3 (três) laterais para identificação dessa Base Descentralizada na entrada e saída da ambulância. Aquisição dos veículos e transporte dos mesmos até Manaus e posteriormente até os municípios do Alto Solimões. O transporte das ambulâncias ficou definido que a Secretaria Estadual da Saúde do Amazonas-(SUSAM) será responsável e também pela aquisição das ambulânchas fluviais, os municípios vão receber e colocar de acordo com a padronização visual, estrutura e a equipe, o Ministério da Saúde vem para habilitar. A Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas (SUSAM) será responsável pela solicitação das Unidades de Suporte Básico Terrestre (ambulâncias) junto ao Ministério da Saúde, bem como o transporte das mesmas de São Paulo até Manaus, é mais um motivo para agilidade e compreensão dos senhores para o cumprimento dos prazos, só depois que a Bases Descentralizadas estiverem prontas é que vai ser entregues para os municípios, para isso existe uma logística, retirar a ambulância de São Paulo até chegar ao Alto Solimões leva um tempo considerável. Definir que o transporte das Unidades de Suporte Básicos Fluviais e Terrestres de Manaus até os municípios serão de responsabilidade das respectivas Prefeituras Municipais. O Prazo máximo para todos os itens será até 18 de outubro de 2013. Profissionais para o funcionamento do SAMU 192. Ficou definido que as Secretarias Municipais de Saúde deverão dispor de profissionais conforme especificado na Portaria nº 1010 de 21 de maio de 2012, nessa Portaria define a equipe básica de 4 (quatro) profissionais de acordo com a modalidade da ambulância. No caso da região do Alto Solimões tanto as ambulâncias terrestres como as ambulânchas vai ser básica, temos 2 (dois) profissionais: 1 (um) condutor e 1 (um) técnico de enfermagem, com a quantidade mínima de 4 (quatro) para cada categoria e a carga horária de 60 (sessenta) horas semanais, no regime de plantão de 24 horas. Esse profissional que vai atuar no SAMU 192 tem que ser exclusivo, portanto os municípios precisam se





215

216

217

218

219

220

221

222223

224

225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247248

249

250



organizar, começar com o processo seletivo que se leva tempo por conta da questão legal, é necessário ter as equipes, capacitá-las para trabalhar no SAMU 192. Outra situação é a dificuldade de ter o profissional motorista com categoria D. A Secretaria Municipal de Saúde vai precisar se mobilizar para viabilizar o processo, e facilitar a resolução desse problema. Definir que a relação nominal dos profissionais deve ser informada pelas Secretarias Municipais de Saúde para a Coordenação Estadual de Redes de Atenção à Saúde. Ressalva que o profissional tem que ter perfil para trabalhar no SAMU 192, pois o motorista não é simplesmente motorista da ambulância, é um condutor socorrista, vai fazer uma capacitação e entrar na cena da ocorrência juntamente com o técnico da enfermagem quando necessário. A membro Eulenice Coelho pergunta se o profissional é exclusivo para o SAMU 192, ou se pode aproveitar um técnico que já existe na Unidade de Saúde. O Sr Rodrigo Souza responde que o profissional tem que ser exclusivo na jornada de trabalho ou em plantão diferente, não pode assumir duas funções concomitantes, o que pode ser feito é aproveitar um profissional que já existe no quadro para trabalhar no SAMU 192. O membro Francisco Ferreira Azevedo pergunta ao Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra se nesse processo seletivo, e no treinamento que o município vai realizar, já vão ser incluídas as equipes das futuras Bases Descentralizadas que estão previstas na segunda fase do Plano. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra responde que no momento só das primeiras equipes, essa ficha vocês precisam preencher indicando quem são os profissionais, com nome do profissional, tipo de vínculo, se tem Conselho Regional de Enfermagem (COREN). Em relação ao prazo é importante, porque uma coisa leva a outra, temos que está com essa relação pronta para poder enviar para o Núcleo de Educação Permanente (NEUPU) em Manaus, para que a equipe venha para os municípios capacitar às equipes locais. A proposta é que essa capacitação aconteça da seguinte forma: Microrregião Tabatinga: Capacita a equipe de Tabatinga, Benjamin Constant e Atalaia do Norte; no município de São Paulo de Olivença capacita a equipe de São Paulo de Olivença; Microrregião Santo Antônio do Iça: Capacita à equipe de Santo Antônio do Iça, Amaturá e Tonantins; Microrregião Fonte Boa: Capacita a equipe de Fonte Boa e Jutaí, só depois que a Base Descentralizada estiver pronta com a equipe capacitada é que o Ministério da Saúde libera a ambulância. O Sr. Rodrigo Souza esclarece que com a nova Portaria do Sistema de Cadastro de Estabelecimento de Saúde (SCNES), cadastram-se as ambulâncias e cada ambulância é equipamento de saúde, quem tripula nela também é cadastrado no Sistema de Cadastrado de Estabelecimento de Saúde (SCNES) vinculada à ambulância do SAMU 192. É independente, por exemplo, se o técnico de enfermagem trabalhar no hospital está dentro do SCNES do hospital.





252

253

254

255

256

257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287



se vai trabalhar no SAMU 192 ele vai está dentro SCNES do SAMU 192. A Coordenadora Estadual de Regulação a Sr.ª Artemisa Barbosa fala que por carga horaria o profissional pode trabalhar. Em relação ao processo seletivo que o Secretário Municipal de Saúde de Santo Antônio do Iça o Sr Francisco Ferreira Azevedo fez referência de um processo agora e outro no futuro, existe uma situação de racionalização de atividade dos serviços. O processo seletivo demanda providências, mais dedicação, mesmo que não vá implantar o uso de ambulância nesse momento, e se poderem fazer um único processo seletivo é recomendável por que os senhores vão ter 3 (três) ou 4 (quatro) vezes a quantidade além da necessidade, e deixa selecionado para chamar quando precisar. Se não chamar agora, dagui a 4 (quatro) meses e precisar vão fazer um novo processo, porque o processo seletivo existe uma vigência, essa situação não é obrigatório, cada um precisa avaliar. O Sr. Rodrigo Souza coloca que o prazo final para a contratação dos profissionais é 15 de setembro de 2013. Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) esses equipamentos deverá ser adquiridos pelos gestores municipais. Para o funcionamento do SAMU 192 existe a padronização que está no manual do Ministério da Saúde, é importante atender a essa padronização, porque são itens avaliados na habilitação e qualificação do serviço. Quando o Serviço começar a funcionar, o Ministério da Saúde vem para habilitar e começar a receber o custeio, posteriormente qualificar e ver a redefinição desse custeio com valores diferenciados, esses são itens que avaliamos, é necessário que se atenda essas especificidades e a padronização do Ministério da Saúde. O membro André da Silva Alves pergunta ao Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra como ficou a articulação em relação à categoria das habilitações? O Coordenador da CIR/ASOL Roberto Maia Bezerra responde que já conversou com o Secretario de Estado da Saúde Dr. Wilson Duarte Alecrim e precisa da relação de todos os profissionais com os nomes e categoria para acertar com o Departamento de Trânsito do Amazonas (DETRAM) para vê como vai fazer, precisamos da planilha preenchida. O Sr. Rodrigo Souza observa que a aquisição dos uniformes e dos equipamentos foi pactuado, e que seria um prazo até 30 de agosto, e dar para fazer, visto que vocês podem usar a Ata de registro de preço da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus para fazer a compra conjunta. O membro Francisco Ferreira Azevedo menciona que o prazo é 30 de agosto de 2013 e o processo seletivo ainda não vai estar concluído no município. O Sr Rodrigo Souza coloca que a Secretaria Municipal de Saúde pode adquirir os uniformes antes, porque é tamanho único. Acrescenta ainda que a Base Descentralizada é uma estrutura com mobiliário que não é difícil do município montar dentro desse prazo, é uma estrutura mínima. Observa que o Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra vai fazer as





289

290

291

292

293

294

295

296297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

320

321322

323

324



adequações em relação ao Plano de Urgência, e os senhores vão executando nos municípios, a organização das Bases Descentralizadas, as Salas de Estabilização tudo isso pode acontecer de forma simultânea. A Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) é de parecer favorável, queremos muito implantar o SAMU 192 nessa região. Se conseguirmos fazer isso agora vai ser muito bom para a população, porque em primeiro lugar quando se implanta um serviço devemos pensar na qualidade e na melhoria do acesso para a população, é um momento oportuno, porque esse ano em novembro estarmos comemorando 10 (dez) anos de SAMU 192 no Brasil seria excelente implantar o SAMU 192 na região do Alto Solimões. Por ser uma região de característica diferenciada traz uma visibilidade para a política de urgência, não só para o Estado do Amazonas, como também para a Política Nacional. A organização da Central de Regulação de Urgência e das Bases Descentralizadas já está acontecendo. A membro Samara Machado diz que vai ter 2 (duas) Bases Descentralizadas no DSEI Vale do Javari, nas aldeias de São Sebastião e Aurélio. Pergunta se essas Bases Descentralizadas vão precisar estar no padrão? O Sr Rodrigo Souza responde que não sabe como está no Plano de Urgência, mas tem que existir o conforto para a equipe, se as ambulânchas vão estar nessas áreas vai precisar ter esse padrão mínimo. A membro Samara Machado inquire a previsão da chegada das ambulânchas para o DSEI Vale do Javari, para poder programar as adequações. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra responde que em relação à ampliação tanto dos DSEI's quanto dos Pelotões de Fronteira (PF's) está previsto para 2014. A proposta do Secretário de Estado da Saúde Wilson Duarte Alecrim é que no primeiro momento seria só nas sedes dos municípios, porque esse processo não estar acontecendo somente no Alto Solimões, e sim no Estado do Amazonas, não podemos precisar data, porém toda essa articulação que estamos fazendo agora vai ser preciso continuar com vocês. O Sr Rodrigo Souza esclarece que o modelo de Base Descentralizada apresentado foi exemplo de como pode ser, mas não é fechado, temos o cuidado de orientar dentro da realidade da região. Vamos fazer essa orientação no momento que formos fazer a visita técnica em cada município, no entanto os municípios tem que atender o padrão mínimo, a sala de estar, o conforto, o local para fazer as refeições e aguarda das ambulâncias. Após essa organização das Bases Descentralizadas o que vamos fazer? Vai ser realizada a visita técnica do Ministério da Saúde para averiguar se as Bases Descentralizadas estão dentro desse padrão mínimo, depois da visita técnica é feito o parecer favorável, daí ocorre à liberação dos veículos. Depois disso tem a inauguração da Central de Regulação, e das Bases Descentralizadas. É importante caminhar todos iuntos, porque de que adianta tem uma Base Descentralizada pronta se não tem uma





326

327

328

329

330

331

332

333

334 335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346 347

348

349

350

351

352

353

354

355

356

357

358

359

360

361



Central de Regulação para regular, ou uma Central de Regulação pronta se não tem Bases Descentralizadas para regular. É uma parceria de todos os municípios se comprometerem a fazer essas ações dentro dos prazos para não ter penalidades para a regional, porque se um município fica com pendências não é só o município que perde, perde a regional e a população que vai ser assistida pelo serviço de atendimento móvel. Após a inauguração os senhores vão poder solicitar a habilitação. Como funciona? De acordo com a Portaria nº 1010 de 21 de maio de 2012 o funcionamento do SAMU 192 acontece de forma tripartite, com o custeio da união, estado e do município. E como se dá esse custeio? Depois de implantado o serviço e o mesmo em funcionamento, o Coordenador dessa Central solicita através de um termo e começa o processo de habilitação. O Ministério da Saúde vem ao município fazer uma visita técnica e depois faz a habilitação e publica em portaria. Dessa portaria vem o custeio da união referente a 50%, em julho foi feito a alteração e redefinição desses valores, para a Unidade de Suporte Básico (USB) o Ministério da Saúde repassa o valor de R\$ 13.125,00 (treze mil cento e vinte cinco reais), como a região está dentro da Amazônia Legal, tem uma redefinição de mais 30% desse custeio. Feito essa habilitação tem a qualificação, a qualificação redefini o seu custeio diferenciado e dar um título para o serviço que está em pleno funcionamento. Orienta que para essa regionalização já que é uma redefinição de custeio, é melhor habilitar com cara de qualificado, porque para qualificar é preciso habilitar, hoje a politica na coordenação é fazer o retroativo até 3 (três) meses da data da publicação da portaria. Ocorrem problemas com a Controladoria Geral da União (CGU), onde existe um auditor do órgão dentro da Coordenação Geral de Urgência e Emergência (CGUE) por conta de problemas de recursos. Hoje não podemos fazer custeio com 1 (um) ano retroativo, o importante é deixar tudo organizado atendendo os prazos, porque quando solicitar a habilitação vai caber dentro desse tempo e os senhores conseguirão receber o custeio de habilitação referente a 3 (três) meses. Se vocês inaugurar e não solicitar a habilitação ou solicitar habilitação com pendências, isso vai levar um tempo maior e o município vai acabar arcando com esses serviços. Reforça que atenda todos os critérios para habilitação, muitas vezes os gestores ficam preocupados em trazer a ambulância para o município e começar a funcionar, porém é preciso se preocupar em trazer a ambulância e começar a funcionar no padrão do Ministério da Saúde. O Sr Rodrigo Souza pergunta aos Gestores Municipais de Saúde se em outubro dá para fazer a visita aos municípios, e encontrar as estruturas prontas para fazer a inauguração em outubro. Os gestores respondem que sim. A Apoiadora do Ministério da Saúde a Sr.ª Carla Cissoto lembra que na última oficina foi conversado sobre o processo seletivo, a estrutura das Bases Descentralizadas e





363

364

365

366

367

368

369

370371

372

373

374

375

376

377

378

379

380

381

382

383

384

385

386

387

388

389

390

391

392

393

394

395

396 397

398



das Salas de Estabilização. Visitamos os municípios de Atalaia do Norte, Tabatinga, Benjamin Constant, e fizemos as considerações, os gestores acreditam que em menos de 1 (um) mês vai dar para fazer as adequações. Tendo em vista que vocês vão receber a visita técnica, provavelmente na segunda semana de setembro, solicitamos o adiantamento desse processo independente da visita, porque estamos preocupados com o processo seletivo e a contratação das equipes. Pergunta aos gestores municipais de saúde se depois da oficina de julho de 2013, se algum dos gestores iniciou esse processo, se sim qual foi à dificuldade encontrada? Se não, se houve alguma dificuldade de iniciar o processo. Ressalta que a pergunta é no sentido de ajudar os gestores a dá severidade no processo. A membro Eulenice Coelho responde que a dificuldade encontrada em Fonte Boa é a ausência do prefeito no município, pois precisa esclarecer ao mesmo a proposta do processo, a forma de contratação e a questão do recurso que vai poder ser utilizado para pagar os profissionais. O Sr Rodrigo Souza esclarece que esse custeio da união não é único, o custeio do SAMU 192 prever 50% da união, 25% do estado e 25% do município, é necessário olhar a Portaria nº 1010 de 21 de maio de 2012, que explica como pode ser gasto o custeio da união, o que não pode é pegar esse recurso e fazer o pagamento da equipe deixando a Base Descentralizada sem o conforto mínimo. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra menciona que existe outra situação diferenciada no Estado do Amazonas, quando pactuamos o SAMU 192 a reponsabilidade ficaria com o Município e o Ministério da Saúde, o Estado ficaria com a manutenção da Central de Regulação e os outros componentes, então em relação ao SAMU 192 essa conta é 50% Ministério da Saúde e 50% Município. O membro André da Silva coloca que foi notificado pelo Tribunal de Contas do Estado do Amazonas em relação ao excesso de profissionais existente no município. Como justificar à contra partida para essa manutenção do SAMU 192? O Sr Rodrigo Souza responde que a principio não teria nenhum problema, porque é um programa do governo federal, quando o serviço é comtemplado já vem fechado que é tripartite, e foi pactuado da forma que o Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra coloca que são 50% do Ministério da Saúde e 50% do Munícipio, portanto é uma pactuação do programa, então acreditamos não haver problema, mas podemos verificar junto ao jurídico da Coordenação geral de Urgência e Emergência (CGUE) e enviar por e-mail. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra esclarece que o custeio retroativo dos 3 (três) meses que o Sr Rodrigo Souza fez referência é justamente para compensar esse período que as Prefeituras Municipais vão passar adaptando as Bases Descentralizadas, e a contratação do pessoal, esse recurso vai ser repassado com valores de 3 (três) meses antes. ITEM VI- Fundação Hospitalar de Hematologia e

CIR/ASOL





400

401

402

403

404

405

406

407 408

409

410

411

412

413

414

415

416

417

418

419

420 421

422

423

424

425

426

427

428

429

430

431

432 433

434

435



Hemoterapia do Amazonas- HEMOAM: Apresentação Dr.ª Elba Couto apresenta a equipe do HEMOAM que veio para a visita técnica no município de Tabatinga: A Sr.ª Elcyr Coelho Gerente do Interior e da Capital, Dr. Pedro Henrique de Lima representante da Assessoria Jurídica e o Sr. Everton Fábio da Silva da Diretoria Clínica. Menciona que na oportunidade da reunião da CIR vieram averiguar como está o andamento da localização do terreno em Tabatinga e de tudo que precisa para construir o hemonúcleo. Vamos fazer um breve relato identificando mais alguns detalhes de cada município, fazendo um apanhado de 2011, 2012 a até junho 2013. Estradas são todas as partes que foram coletadas e ao mesmo tempo os envios dos hemocoponentes, os concentrados de hemácias, plaquetas e plasmas cada um com seus valores de 2011. O Descarte aquilo que foi coletado e não foi utilizado em 2011, quando se coletava nos municípios do Alto Solimões. Os Descartes por sorologias e as bolsas que foram descartadas por vencimentos. No município de Jutaí foram coletadas e enviadas 100 (cem) bolsas e foram descartadas 96 (noventa e seis), somente 4 (quatro) foram transfundidas. Em Fonte Boa foram dadas como entrada 159 (cento e cinquenta e nove) bolsas de sangue, 129 (cento e vinte e nove) bolsas foram descartadas e somente 31 (trinta e uma) foram transfundidas. Resumo de 2012. No município de Tabatinga praticamente tudo que foi dado como entradas foram transfundidas, o descarte foi relativamente baixo por sorologia e ou por vencimento. Em Benjamin Constant foram coletadas e dadas como entrada 117 (cento e dezessete) bolsas e mais da metade foram descartadas por vencimento. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra alude que se somar as transfundidas com as descartadas não bate o valor da entrada, por quê? A Dra Elba Couto responde que são os envios de bolsas de Manaus, alguns municípios mesmo coletando houve a necessidade, por exemplo, em Tabatinga no final de 2012 teve um surto de dengue e tivemos que enviar muitas plaquetas, e plasmas. O município de Tabatinga de qualquer forma está na frente, não só pela necessidade de coleta como de transfusão. De janeiro a junho de 2013 alguns municípios se mantiveram como unidade de coleta, quais são: Santo Antônio do Iça, Benjamin Constant e São Paulo de Olivença. Durante esses 6 meses em Benjamin Constant foram coletadas 23 (vinte e três) bolsas, e foram enviadas 65 (sessenta e cinco) bolsas, envio de Manaus. Motivo de descartes enquanto por sorologia enquanto por validade, aquilo que não se utilizou ainda é bastante significativo, por um lado é bom porque não houve a necessidade por parte de urgência. Resumo de 2013. No município de Santo Antônio do Iça até junho de 2013, foram dadas entrada de 33 (trinta e três) unidades de bolsa, porém foram transfundidas 10 (dez) bolsas e o descarte foi de 23 (vinte e três) bolsas quase a sua totalidade. O município de Tabatinga se mantém como destaque razão





437

438

439

440

441

442 443

444 445

446

447

448

449

450

451

452

453

454

455

456

457

458

459

460

461

462

463

464

465

466

467

468

469

470 471

472



pela qual continua e deverá se manter como local de coleta. É percebível a necessidade de ter um hemonúcleo nessa parte da regional, percebemos pelos números que a necessidade é imperiosa. Apanhado de entrada de bolsa nos anos de 2011, 2012 e 2013, apesar de Tabatinga coletar há necessidade de bolsas serem enviadas para o referido município. Benjamin Constant durante o ano de 2011 e 2012 coletou quase a mesma coisa. Em 2013 o valor está chegando próximo daquilo que foi o ano todo, o município de Jutaí o mesmo comportamento. Santo Antônio do Iça e São Paulo de Olivença está razoável, ou seja, quando esses municípios tinham unidade de coleta e se transformaram em unidade transfusional, está quase igual, parece que foi 100% de envio, as transfusões estão ocorrendo quase no mesmo comportamento. Os municípios de São Paulo de Olivença, Santo Antônio do Iça, Fonte Boa e Benjamin Constant as transfusões estão racionais de quando coletavam. Tabatinga se mantém, pelo comportamento vai dobrar as transfusões. São Paulo de Olivença nos 2 (dois) primeiros anos como unidade de coleta teve esse comportamento. Em 2013 estamos mandado às bolsas de sangue, as transfusões ainda se comporta em decadência, percebemos ainda que as transfusões quando coletadas ou enviadas continuam com número razoavelmente baixo por algum motivo, mas o que chama atenção é a necessidade de transfusões. Sangue vai haver, o HEMOAM está para atender todo o Estado do Amazonas e às vezes atendemos até Roraima, Rondônia quando esses estados necessitam, temos um estoque bastante seguro, e estamos para garantir o abastecimento. O Descarte por vencimento em 2013. O HEMOAM enviando as bolsas o descarte está sendo bem monitorado, aquilo que foram descartados nos 2 (dois) primeiros anos de certa forma está decaindo, não há necessidade dos demais municípios se manterem como unidade de coleta. Por uma racionalidade do sangue, a dificuldade de logística, as vazantes, as enchentes, é necessário ver a necessidade do Estado do Amazonas, porque a regionalidade é muito diferenciada. O vencimento de 2011 e 2012 se dá pela não necessidade de transfusões. O município de Tabatinga vai ser referência de urgência e emergência para a região, então tem que ter plaquetas, plasma, e exames especializados que vai ser disponibilizados no hemonúcleo, por exemplo, o estudo da coagulação, existe muitos pacientes hemofílicos de conhecimento do HEMOAM, mas existem outros que estão ainda por descobrir, essa é a intenção. Queríamos comprovar minuciosamente para os senhores o comportamento de como ainda vem se dando. Na parte da hemoterapia a melhor transfusão é aquela da não necessidade, é ter o uso racional do sangue e do hemoderivado para que não haja prejuízo daquele que faz uso. O membro André da Silva questiona como fica a situação atual dos municípios de Fonte Boa e São Paulo de Olivenca com o não funcionamento dos aeroportos. A Dra





474

475

476

477

478

479

480

481 482

483

484

485 486

487

488

489

490

491

492

493

494

495

496

497

498

499

500

501

502

503

504

505

506 507

508

509



Elba Couto responde que devemos se preparar para o plano de contingência, temos que localizar os representantes dos municípios para encaminhar os homocoponentes para qual município. Não vamos interferir, mas precisamos garantir que a temperatura e a qualidade chequem de forma adequada, 24 horas no máximo o sangue deve se manter em 10°c. Precisamos alertar aos senhores em relação aos representantes dos municípios em Manaus, os mesmos apanham as bolsas de sangue no HEMOAM e esquecem no carro e quando chega ao município está de forma inadequada. O membro Francisco Ferreira Azevedo questiona se o HEMOAM pode viabilizar o embarque do material para os municípios. A Dra Elba Couto esclarece que estão identificando atualmente essas dificuldades, dada às mudanças de prefeitos e de representantes, até então os representantes tiveram essa responsabilidade. A Sr.ª Elcyr Coelho complementa que o HEMOAM não tem condições de realizar essa logística é difícil são 42 municípios e tem dia que são enviados para 16 (dezesseis) a 17 (dezessete) municípios de uma vez, o quadro de pessoal do HEMOAM é insuficiente, e até mesmo o espaço físico. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra fala que é uma prática que já está sendo utilizada pela Central de Medicamento do Amazonas (CEMA), pelo Programa Nacional de Imunização (PNI) e por órgão da Secretaria de Estado da Saúde (SUSAM) da responsabilidade de deixar o material na porta da unidade. Assim como os municípios compram medicações de laboratórios oficiais e esses deixam o medicamento na porta da unidade, não é em relação à saída do material, que o HEMOAM contrate uma empresa como a CEMA se organizou financeiramente e contratou e deixe o material na porta da unidade e não os municípios vir buscar esse material. A Sr.ª Elcyr Coelho alude que se fossem os técnicos que entende a particularidade do produto seria bom. Como também foi feito através de uma empresa e não deu certo, tínhamos essa coleta de ida e vinda pela empresa e muitas vezes eram largados o material no aeroporto feito carga, e quando chegava o material nos municípios estava estragado. E começamos a trabalhar com os representantes mostrando a responsabilidade com o material que é altamente perecível e estava dando certo. O membro André da Silva menciona que com a TRIP Linhas Aéreas o município de São Paulo de Olivença já tinha problema, levava para o embarque um dia antes e só saia no voo do dia seguinte, por isso acontecia esse número grande de descarte. A Dra Elba Couto diz que esse descarte está dentro da média, manda mensalmente um mapa transfusional que o HEMOAM controla o que foi enviado ou coletado, transfundido e descartado, quando existe discordância com o que foi enviado e quanto foi transfundido se verifica para onde foram essas bolsas. O membro André da Silva alude se já existia essa situação quando tinha voo regularmente para o município, agora vai ficar mais difícil, porque vai ultrapassar às





511

512

513

514

515

516

517

518

519520

521

522

523

524

525

526

527

528

529

530

531

532

533

534

535536

537

538

539

540

541

542

543544

545

546



24 horas. A Dra Elba Couto diz que pode entrar em contato com a agência de Tabatinga para guardar na geladeira o material identificado, e depois levar acondicionado para o município. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra pergunta a Dra Elba Couto se não poderia já começar a exercitar o trabalho futuro do Hemonúcleo, abastecer Tabatinga e aumentar o número de material e os municípios começarem a retirar, sempre iria estar com a bolsa nova e diminuiria a questão do descarte. A membro Eulenice Coelho menciona que os municípios de Jutaí e Fonte Boa retiraria o material em Tefé, precisa só o HEMOAM vincular essa logística com o município. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra pergunta se Tabatinga tem condições de estocar a quantidade de material para toda a região, com exceção de Jutaí e Fonte Boa. A Sr.ª Elcyr Coelho objeta que teria que ver com o Diretor do Hospital de Guarnição de Tabatinga, e vai passar com a bioquímica do referido hospital para ver as condições de pessoal e de material, e o que precisar ajustar. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra pergunta se pode pactuar dessa forma: Tabatinga seria referência para Benjamin Constant e Atalaia do Norte; São Paulo de Olivença seria referência para Santo Antônio do Iça, Amaturá e Tonantins, Jutaí e Fonte Boa teria como referência o município de Tefé. Orienta que os Secretários Municipais de Saúde entrem em contato com o HEMOAM para começar a trabalhar dessa forma. A Dra Elba Couto pergunta se é para trazer algo oficializado na próxima reunião da CIR. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra objeta que se o HEMOAM tiver pode trazer. Item pactuado por consenso pelo colegiado. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra esclarece que em relação à Rede Psicossocial ficou acertado que a coordenação estaria enviando um questionário para os municípios preencherem e enviar para a Coordenação Estadual de Saúde Mental para podermos começamos a construir o diagnóstico da região, no entanto não tivemos com mandar na data que foi pactuada. ITEM VII - Organização da Rede de Atenção Psicossocial na Região do Alto Solimões: Apresentação Waldileya Caldas lembra que na oficina realizada em julho de 2013 em Manaus, foi feita algumas pactuações referente aos serviços que serão implantados nessa regional da Rede Psicossocial. Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), as Equipes de Consultórios na Rua, treinamento das equipes Saúde da Família. Para esse processo acontecer é preciso que vocês disparem os projetos de cada um desses serviços, para podermos juntar e enviar para o Ministério da Saúde. Todas as dúvidas que vocês tiverem, a equipe da Saúde Mental do Estado vai estar para dar esse suporte. Os serviços da Rede da Atenção Psicossocial são definidos com base no teto populacional que foge ao padrão do Estado do Amazonas, é ter dados para justificar a necessidade desse serviço mesmo não tendo esse suporte populacional. Um dos





548

549

550

551

552

553

554

555 556

557

558

559

560

561

562

563

564

565

566

567

568

569

570

571

572

573

574

575

576

577

578

579

580

581 582

583



itens proposto é esse levantamento simples que dar para fazer na rotina de trabalho, isso vai servir de base para vocês na justificativa dos projetos que vão ser elaborados, como também para a Coordenação Estadual negociar junto ao Ministério da Saúde, para que façam as exceções necessárias ao atendimento da demanda e contemplação da clientela da região do Alto Solimões. Então seria: Identificação do Município; Pessoa Responsável pelo Levantamento desses Dados; Os Serviços de Saúde que estão vinculados ao Serviço de Saúde Mental; Números de Equipe da Saúde da Família, quem são esses profissionais que compõe essas equipes: Número de Equipes do Núcleo de Apoio a Saúde da Família (NASF) e cada categoria para que seja adequada a rede psicossocial, porque precisa ter algum profissional da Saúde Mental, como: Assistente Social, Psicólogo ou Médico com experiência em Saúde Mental; Número de Leitos no Hospital; Número de Comunidades Indígenas; Número de Associações, porque temos previsto na Rede Psicossocial a reinserção social do usuário, então o Ministério da Saúde tem lançado edital de financiamento de ações de geração de renda para associação de usuário, então isso é um papel também da equipe do Centro de Atenção Psicossocial (CAPS); Números e Tipos de Cooperativas; Serviços de Assistência Social que o município dispõe; Recebe demanda de usuários de outros municípios? Quais? Envia demanda de usuários de Saúde Mental de outros municípios? Quais? Número de usuário de Saúde Mental por categoria, adulto, infanto- juvenil e indígena, que estejam com distúrbios psiquiátricos sem tratamento. É um levantamento básico necessário para justificar junto ao Ministério da Saúde, e ao mesmo tempo em que se tem uma visão melhor da realidade de cada município, porque trambalhamos com dados oficiais, mas nem sempre esses dados correspondem à realidade, para poder assessorar melhor as possibilidades do município dentro da Rede Psicossocial. Precisamos pactuar o prazo para fazer esse diagnóstico para podermos trabalhar um planejamento em cima dos resultados dessa proposta. Pergunta quanto tempo os municípios precisam para devolver o diagnóstico. A Sr.ª Cristiane Ferreira responde que na Saúde Indígena uma semana não será possível realizar esse levantamento. A Sr.ª Waldileya Caldas coloca que os dados não podem demorar a serem enviados, tem até o final do ano para construir o planejamento do Estado do Amazonas, porque se não a Rede Psicossocial não recebe recursos. A membro Clicia Calmont menciona que o prazo para 9 de setembro não é possível para devolver o levantamento dos dados do seu município. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra coloca que 13 de setembro seria o prazo máximo para a entrega desses dados, quem puder entregar antes vamos corrigindo, então fica pactuado para 13 de setembro que será a Reunião da CIR. Precisamos fazer esse levantamento para poder ser elaborado o plano e incluir





585

586

587

588

589

590

591

592

593 594

595

596

597

598

599

600

601 602

603

604

605 606

607

608

609

610

611

612

613

614

615

616

617

618 619

620



as proposta dos CAPS e de todos os componentes da Rede Psicossocial dos municípios da região do Alto Solimões. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra informa que o instrumento apresentado vai ser encaminhado oficialmente para os munícipios, com o prazo estabelecido até 13 de setembro, que seja devolvido oficialmente para a Secretaria Executiva da CIR. Estamos pactuando com os técnicos em começar a visita técnica no domingo 8 de setembro de 2013 em São Paulo de Olivença, na segunda-feira se deslocar para Amaturá, Santo Antônio do Iça e dormir em Tonantins, na terca-feira sairia para fazer Jutaí, e no dia seguinte Fonte Boa, na quarta-feira já retornava para Tabatinga para fazer a Reunião da CIR 13 de setembro. Para que isso aconteça é preciso à parceria de vocês. Pergunta aos gestores se existe a possibilidade do deslocamento de São Paulo de Olivença para Amaturá custeado por São Paulo de Olivença, ou seja, cada município custear o deslocamento da equipe para o município seguinte. A membro Clicia Calmont diz que o município de Tonantins não tem condições de custear esse deslocamento. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra responde que não tem problema, vai tentar articular o deslocamento do município de Tonantins para Jutaí, com o Sr Raimundo Josenildo Pereira Secretário Municipal de Saúde de Jutaí. Essa é a proposta da agenda de 8 á 11 de setembro de 2013, faria essa visita nos municípios para fechar a localização das Bases Descentralizadas, das Salas de Estabilização e o que precisa ser feito para estar no padrão que é exigido para habilitação dos serviços. Coloca ainda que vai articular melhor com a Secretária Adjunto de Assistência á Saúde do Interior a Sr.ª Maria Adriana Moreira para verificar a possibilidade de o avião resgatar a equipe em Fonte Boa. Agenda Pactuada por consenso pelo colegiado. ITEM VIII- Consolidado das Ações do DSEI Alto Rio Solimões: Apresentação Daniel Lacerda na última Reunião da CIR em Manaus foram feitos alguns questionamentos e dúvidas em relação aos contratos do DSEI Alto Rio Solimões. Solicita que inclua em Ata a planilha com detalhamento de todos os contratos do DSEI, podendo ter acesso à descrição do contrato, a modalidade, a vigência, o valor total e a observação quando o processo não tiver em funcionamento. (planilha em anexo de Atas vigentes, Atas novas, Contratos vigentes, Contratos novos). A Apoiadora Local do QualiSUS-Rede a Sr.ª Meiriane Ferreira coloca que o questionamento não é se existe ou não os processos, é dos riscos dos Polo Bases, por exemplo, a falta de medicamentos. O Membro Daniel Lacerda responde que dos 128 (cento e vinte e oito) itens da Relação do RENAME nem todos os itens que temos chega ao Distrito Sanitário, a empresa às vezes não entrega, ou demora muito a entregar, a logística da região todos conhecem bem, é preciso ter ciência quais são esses 128 (cento e vinte e oito) itens e solicitar ao Distrito Sanitário desses itens quais são os que estão disponíveis por Polo Base. O





622

623

624

625

626

627

628

629 630

631

632

633

634

635

636

637

638

639

640

641

642 643

644

645

646

647

648

649

650

651

652

653

654 655

656

657



membro André da Silva Alves esteve em Vendaval e pôde constatar o excesso de medicamentos que não estavam sendo usado, já em Amaturá faltam medicamentos, precisamos ver a demanda por Polo Base, porque o consumo é diferente de um lugar para outro. O membro Francisco Ferreira Azevedo coloca que desde o início do ano em Santo Antônio do Iça o município estar arcando com a saúde indígena e parte da saúde que seria de responsabilidade do Estado. Em conversa com os demais Secretários Municipais de Saúde da região percebemos que a situação está generalizada, que o DSEI entre com uma contra partida. Outra situação corriqueira é a rotatividade dos profissionais dos Polos Bases, não está acontecendo uma sequência lógica do trabalho, quem sai não tem obrigatoriedade em repassar para quem está chegando. O membro Daniel Lacerda esclarece que assumiu o Distrito Sanitário há pouco tempo, a vigência desses contratos é recente, enviamos por esse contrato uma remessa de medicamentos para cada Polo Base, vocês estão sentido a falta desses contratos que não existia antes por parte da SESAI, agora que vocês vão começar a sentir a melhora do atendimento por parte da SESAI. Quanto à rotatividade de profissionais, estamos dando condições melhores de trabalho e também pressionando por resultados, e tem profissionais que estão acostumados com o que acontecia antes, não estão se adequando ao trabalho atual do Distrito Sanitário, então temos que trocar para que se tenha um trabalho de qualidade nas aldeias indígenas. Existe a PPI da Assistência Hospitalar - incentivo financeiro, que precisa ser solicitado pelo o hospital para o Ministério da Saúde. Estamos fazendo essa ligação dos municípios com o Ministério da Saúde. Os municípios de Santo Antônio do Iça e Tonantins já enviaram a demanda, vamos à Brasília em 26 de agosto para entregar essa documentação com o objetivo de ajudar os gestores municipais. Muitos hospitais recebiam a PPI e não sabia o que fazer com o recurso. O Ministério da Saúde publicou uma portaria dizendo como pode ser utilizado o recurso da PPI. O membro André da Silva Alves diz ter feito os questionamentos na última reunião da CIR que aconteceu em Manaus, solicitou o orçamento do DSEI geral e por municípios, como é feito os cálculos e o montante, porque somos cobrados tanto pelos prefeitos como pela população, foi um pedido oficial em CIR. Sobre os contratos com o Estado seria para entender como era feito administração, sobretudo dos medicamentos, está faltando medicamentos e vai continuar faltando, porque demora de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias para chegar, então se pagar um lote agora, mês que vem temos que pagar outro para poder chegar a tempo. Não estamos pedindo esclarecimento como está fazendo a administração, porém sem informações ficamos desarmados. O membro Daniel Lacerda objeta que não trouxe prestação de contas, é uma maneira de economizar e completar recursos, é uma informação importante para todos vocês.



659

660

661

662

663

664

665

666 667

668

669

670

671

672

673

674

675

676

677

678

679 680

681

682

683

684

685

686

687

688

689

690

691

692 693

694







Quanto aos medicamentos existe uma logística demorada e validade, se pedirem uma quantidade grande pode ser que venha com uma validade apertada e não der tempo para consumir esse medicamento, havendo uma perca de recurso muito grande. A parceria com o Sistema Único de Saúde (SUS) todos sabem como é, então os indígenas vai para a cidade sem passar pelo Polo Base, e tem direito a serem atendidos. Temos que articular melhor a questão da triagem, começar na ponta com o Agente Comunitário de Saúde Indígena. Estamos fazendo um processo de reconstrução dessa triagem dentro do Distrito Sanitário para poder diminuir a demanda que vai para o hospital. Ressalta que não é prestação de contas, é esclarecimentos para poder discutir melhor nas próximas reuniões da CIR. A membro Clicia Calmont questiona que o município de Tonantins não foi informado a respeito da Operação Curumim. O membro Daniel Lacerda aclara que a operação Curumim aconteceu em 2012 em Vila Bitencourt no Japurá, já foi incluído esse ano a área do Rio Solimões na Operação Curumim, porém vocês vão ser informados, ainda não se definiu a data. A Chefia da Divisão de Saúde vai informar aos municípios. O membro André da Silva coloca que está com dificuldade de obter informações por parte do Polo Base de São Paulo de Olivença, pois continuam com a mentalidade de se acharem autônomo, e não passar informações ao município. É preciso deixar claro que os Polos Bases necessitam se reportar a Secretaria Municipal de Saúde. O membro Daniel Lacerda responde que pode ser definido nessa reunião o fluxo de informação do DSEI para os municípios. O Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra propõe que fique como pauta para a próxima Reunião da CIR que o Sr Wedyson Gossel Pereira apresente esse fluxo e o tipo de informação que vai ser repassada, sugere que seja feita uma apresentação demostrando claramente quem manda e o responsável pela informação, para pactuar oficialmente na Reunião da CIR de 13 de setembro de 2013. Em relação ao DSEI Rio Médio Solimões e Afluentes e o DSEI Vale do Javari pergunta se tem como estender e garantir esse fluxo de informação entre o Polo Base, o Distrito Sanitário e o município. Queremos pactuar para todos. A próxima reunião da CIR/ASOL está definida para 13 de setembro de 2013 em Tabatinga. A reunião foi encerrada às 13 horas. Esteve presente o Coordenador da CIR Roberto Maia Bezerra, Jorgete Gama Cunha e os membros: Herton Augusto Dantas Pinheiro, Juvan Reis, André da Silva Alves, Francisco Ferreira Azevedo, Felipe Araújo Bonifácio, Clicia Calmont, Eulenice Coelho, Narciso Barbosa, Daniel Lacerda, Samara Machado, Carla Cissoto, Liana Ribeiro, Meiriane Ferreira, Rodrigo Souza, Michele Belchior, Elba Couto, Elcyr Coelho, Waldyleia Caldas, Iricide Castelo Branco, Artemisa Barbosa, Jaqueline Valim Cardoso, Fabiane Bessa. A presente ATA foi elaborada, digitada e revisada





696

697

698

699

700

701

702

703

704 705

706

707

708

709

710

711

712

713

714

715

716 717

718

719

720

721

722

723

724

725

726

727

728

729 730

731



pela Secretária Executiva **Maria de Deus de Souza** e será arquivada para fins documentais, após ser submetida à apreciação da CIR/Alto Solimões, Auditório da Secretária Municipal de Saúde de Tabatinga, situado na Rua Marechal Mallet nº 520, 2º Andar- Centro, em Tabatinga, 16 de agosto de 2013.



